



Os públicos atendidos e os conteúdos da educação cooperativista nas cooperativas agrárias

Palloma Rosa Ferreira¹
Nora Beatriz Presno Amodeo²
Diego Neves de Sousa³

Resumo

Este estudo pretende apontar aspectos relativos ao funcionamento da educação cooperativista nas cooperativas agrárias do Estado de Minas Gerais, bem como identificar os conteúdos e os públicos que são atendidos pelos trabalhos de educação cooperativista. Nos procedimentos metodológicos utilizou-se da pesquisa exploratória e da técnica do questionário. Conclui-se que a educação cooperativista é escassamente desenvolvida nas cooperativas agrárias, embora não existindo uma única definição do que seja ou das temáticas que ela deva englobar. Assim, se permite perceber a polissemia do conceito de educação cooperativista e a variedade de atividades e de públicos para os quais são organizadas. Verifica-se a presença de três áreas privilegiadas nos conteúdos abordados que as cooperativas agrárias identificam como fazendo parte da educação cooperativista: gestão

Recebimento: 24/2/2012 • Aceite: 24/5/2012

¹ Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: pallomarf@yahoo.com.br

² Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRuralRJ. Docente da Universidade Federal de Viçosa. End: Universidade Federal de Viçosa, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Rural.

P.H. Rolfs s/n - Campus Universitário, Centro, 36570-000 - Vicoso, MG - Brasi E-mail: npresno@ufv.br

³ Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Analista da Embrapa Pesca e Aquicultura. E-mail: diegocoop@hotmail.com

empresarial, gestão social e assistência técnica aos cooperados. Dentre as organizações, existem aquelas que oferecem simultaneamente vários dos conteúdos mencionados, porém com discrepâncias de ênfase.

Palavras-chave: Educação Cooperativista; Cooperativas Agrárias; Participação

The attended public and the content of cooperative education in agrarian cooperatives

Abstract

This study aims to discuss the functioning of cooperative education in agrarian cooperatives, in the State of Minas Gerais, and identify the contents and the audiences that are served by the activities of cooperative education. The methodological procedures used were exploratory research and questionnaires. It is concluded that cooperative education is poorly developed in the agrarian cooperatives, although there is not a unique definition of it or of the themes that should be encompassed. Therefore, it was clear that there is a polysemy of the concept of cooperative education and a variety of activities and of audiences for whom they are organized. Three privileged contents are addressed by cooperative education in agrarian cooperatives: business management, social management and technical assistance for members' production. There are a few organizations which simultaneously offer all these contents mentioned, but they differ on their emphasis.

Keywords: Cooperative Education; Agrarian Cooperatives; Participation

Introdução

As cooperativas agrárias do Estado de Minas Gerais possuem uma participação significativa na produção agropecuária, representando 31% do produto interno bruto (PIB) mineiro. Em se tratando de produtos como o café e o leite, as cooperativas se sobressaem, sendo responsáveis por, respectivamente, 44,7% e 43,7% da produção (ANUÁRIO, 2010).

As cooperativas agrárias detêm o primeiro lugar em movimentação econômica entre os ramos cooperativistas aglutinados na Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG), representando em 48,3%. E sua importância pode ser confirmada com outros números, pois filiações à OCEMG existem, desde agosto de 2010, 203 cooperativas, ocupando o segundo lugar em número, ficando atrás somente do ramo de crédito. Além disso, apresenta em seu quadro social a marca de 130.638 associados e 15.758 empregados (ANUÁRIO, 2010).

E para entender esta significativa representatividade das cooperativas agrárias no cenário mineiro, é interessante citar as atividades nas quais concentram sua atuação, entre elas: venda de insumos, em que estão incluídos fertilizantes, sementes, agrotóxicos, entre outros; comercialização de ferramentas e equipamentos agrícolas; assistência técnica e extensão rural aos produtores; processamento, industrialização e distribuição da produção; exportação, incluindo também representação dos interesses dos produtores perante os governos ou mesmo instituições públicas ou privadas; e classificação, padronização e embalagem de produtos in natura, além de serviços de créditos, seguros e administração.

As cooperativas por sua própria natureza associativa, organizadas em função das pessoas, quanto pelo seu lado empresarial, responsável pela intermediação nas relações dos co-proprietários do empreendimento com o mercado, necessitam de um trabalho que reforce a educação cooperativista na gestão da cooperativa, com a dupla finalidade de manifestar sua potencialidade, econômica e social, pois os processos educativos vinculados ao cooperativismo são meios pelos quais ocorre a transmissão dos valores, orientados para uma melhor relação e organização do fluxo de informações direcionada aos associados e públicos afins.

Busca-se, então, uma comunicação de relações simétricas e que proporcione melhor contato e intercâmbio com os públicos beneficiados da cooperativa, uma vez que esta organização permite em

sua estrutura uma relação mais participativa e dialógica (SOUSA, 2011).

Nesse contexto, pretende-se discutir, no âmbito das cooperativas agrárias mineiras, os conteúdos da educação cooperativista e a importância dos públicos atendidos, para que assim a organização cooperativa possa atingir uma eficiente e equilibrada gestão focada nos interesses dos associados. É sabido que a educação cooperativista pode ser considerada um dos maiores problemas encontrados na gestão cooperativa e que esta necessita, cada vez mais, de eficientes instrumentos de comunicação adequados à realidade do cooperativismo, como forma de impulsioná-la na conquista de melhores resultados e assessorá-la na comunicação entre os públicos envolvidos.

Metodologicamente, na fase exploratória da pesquisa foram enviados questionários, contendo 24 questões entre fechadas e abertas, a 452 cooperativas agropecuárias do Estado, tanto àquelas filiadas à Ocemg⁴, quanto a outras, cujo contato foi estabelecido observando-se os endereços de cooperativas agropecuárias disponíveis na Tetelista.net⁵. Deste montante enviado, obteve-se o retorno de 51 questionários. Para realizar a compilação dos dados recorreu-se ao software Statistical Product and Service Solutions (SPSS), por ser considerado um importante instrumento para pesquisa, ao permitir fazer um eficiente processamento dos dados obtidos nos questionários.

A importância das instâncias participativas e da democracia no processo de educação cooperativista

Na sequência serão apresentadas concepções e discussões sob a ótica de Desroche, referentes à democracia nas cooperativas e aos seus públicos. Segundo o autor,

⁴ Por meio do Anuário, é possível obter as principais informações econômicas do cooperativismo mineiro. Apresenta o *ranking* das cooperativas mineiras em categorias, como número de associados, empregados, receitas totais, salários médios de empregados, sobras de exercício e riqueza gerada por associados, entre outros, além de fazer referência a indicadores de desempenho das cooperativas em relação ao quadro social, funcional, financeiro, operacional e contribuições para a sociedade. Em seu interior é possível encontrar também o endereço das cooperativas dos diversos ramos do cooperativismo, filiadas à Ocemg. Essa filiação é obrigatória por lei, embora muitas cooperativas optem por não fazê-lo, daí a opção de procurar cooperativas em outras fontes.

⁵ O endereço eletrônico da Telelista.net é <http://www.telelistas.net/> que possui em seu conteúdo endereços de empresas, profissionais e pessoas de todo o Brasil.

A democracia na cooperativa enfrenta vários problemas quando se trata de uma microssociedade cujos membros se conhecem e se reconhecem, encontram-se e se substituem frequentemente e espontaneamente, apostam significativamente no desafio coletivo, dominam mais ou menos sua responsabilidade conjunta, decidem geralmente com unanimidade depois de amadurecidas deliberações e dispõem de serviços comuns reduzidos ao mínimo (DESROCHE, 2006, p.134).

Porém, destaca-se que com o maior crescimento das cooperativas, novas exigências se impõem nesse contexto, pois verificam-se constantes imperativos para refinar a sua estrutura, e neste sentido, surge a necessidade de recorrer a uma comunicação interna mais complexa, a profissionais altamente qualificados e que se dedicam ao trabalho em tempo integral, à contratação de funcionários por meio de seleção realizada com base em critérios objetivos e racionais, enfim, de transformar a democracia direta em indireta e ao mesmo tempo participativa e de implantar assim uma administração mais racional e mais exigente (DESROCHE, 2006).

Assim, este autor menciona que, conforme ocorre o crescimento da organização cooperativa, aos poucos se define uma estrutura-tipo, com quatro tipos de integrantes, a qual ele apresenta como um quadrilátero cooperativo. Schneider (1999, p. 196), ao fazer menção ao estudo de Desroche (2006), aponta que sem esta quádrupla dimensão da democracia, não pode haver verdadeira participação, e só o movimento cooperativo a realiza na vida econômica.

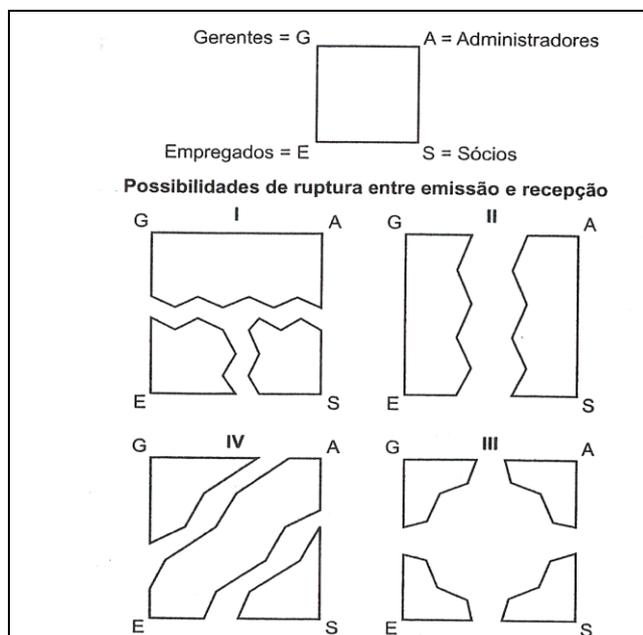
Em seus trabalhos, Desroche (2006) acentua que estas populações são geralmente de quatro tipos, exceto no caso de microssociedades que ainda não se encontram em processo de crescimento, e no caso de cooperativas em que todos os trabalhadores são sócios⁶. Para os demais casos, aponta que esses quatro tipos de integrantes presentes são os seguintes: sócios (ou societários), administradores eleitos, gerentes nomeados e empregados

6 As cooperativas da chamada vertente tradicional, ou empresariais, costumam contratar funcionários e visam levar adiante uma 'gestão profissional', no entanto, as cooperativas da vertente solidária tentam promover a autogestão pelos próprios sócios, rechaçando, em geral, a contratação de terceiros não associados à cooperativa.

assalariados. Esses seriam os quatro públicos privilegiados atendidos pela educação cooperativa.

Posicionam-se esses quatro públicos, cada qual na extremidade de um lado do quadrilátero, e a partir disso, demonstram-se algumas possibilidades de rupturas neste desenho, que podem vir a existir entre emissor e receptor, advindas das relações mantidas por estes públicos nas cooperativas e os problemas relacionados com a democracia decorrentes destas rupturas. A Figura 1 possibilita uma melhor compreensão destes quatro públicos.

Figura 1: O Quadrilátero Cooperativo e suas Clivagens



Legenda:

- S: Sócios** = habilitados pela assembleia geral
- A: Administradores** = eleitos pelos sócios habilitados.
- G: Gerentes** = contratados pelos administradores eleitos
- E: Empregados** = assalariados pelos gerentes contratados

Fonte: Desroche, 2006.

Dessa forma, Desroche (2006) enfatiza que a chave para a democracia cooperativa está exatamente em estabelecer constantes

comunicações, ou até mesmo convergências, entre esses quatro pólos. Porém, realça que tal funcionamento não é automático. E isto poder ser percebido pela própria descrição destas relações que Desroche empreende.

Salienta primeiramente que entre S e A, a comunicação está, pelo menos a princípio, garantida pela eleição. O problema, entretanto, pode sobressair em cooperativas de grandes e complexas dimensões, e na admissão do uso do voto proporcional nas organizações cooperativas de segundo e terceiro grau, em que a designação se torna, nas palavras de Desroche (2006, p.135), “distante, formal, filtrada sob o eventual peso dos grupos de pressão”. Entre A e G, assinala que este é, a princípio, um poder executivo, enquanto A exerce um poder legislativo. Entretanto, como enfatiza Desroche, em se tratando deste tipo de relações, existe outras possibilidades de estas influências se inverterm, devido à luta que se trava para conquistar poder e influência. Agora, entre G e E, ele menciona existir a possibilidade real de ocorrer uma polarização entre interesses do empreendimento econômico e de seus assalariados, inclusive com ameaças de contestação ou, até mesmo, radicalização dos últimos em relação à primeira.

Referente à relação entre E e S, Desroche (2006) realiza a seguinte reflexão:

observam-se nas relações entre as instâncias, no plano jurídico e formal, os seguintes fatos: S é o patrão de E, já que S tem escolhido A, que, por sua vez designa G, que tem empregado E. De fato, às vezes, é o contrário que acontece: E está a serviço de S, mas os relacionamentos necessários para alcançar S são demasiadamente complexos, demorados e aleatórios para que, com raras exceções, ele não se contente com o serviço tal como lhe é entregue (DESROCHE, 2006, p.135).

Nota-se que Desroche posiciona no quadrilátero cooperativo os públicos que mantêm ou deveriam manter maior contato como a cooperativa e seriam os públicos naturais da educação cooperativista. Todavia, não chega a fazer menção à comunidade situada ao redor da organização, as famílias, jovens, esposos (as), dos associados (as), fornecedores. Assim, sua atenção recai sobre o público interno da

cooperativa, não se atendo dessa forma aos públicos externos ao empreendimento.

Neste ponto, Schmitz (2003), ao citar os possíveis públicos que estão presentes nas cooperativas acrescenta ser possível considerar, como públicos de interesse, todos os indivíduos ou grupos que afetam de alguma forma a organização ou podem ser afetados por ela, sendo que estes grupos estão ligados à organização por interesses de natureza recíproca.

Os públicos apresentados por Desroche são denominados por Franco (1985) como os três setores de integração de uma cooperativa ou três mundos, quais sejam: a) quadro social, formado pelos associados das cooperativas; b) quadro diretivo, que forma a administração cooperativista, composto pelos membros da administração eleitos e técnicos contratados; e c) o quadro funcional, responsável por lidar com assuntos recorrentes no dia-a-dia da cooperativa (FRANCO *apud* SCHMITZ, 2003).

De acordo com o que foi apresentado até o momento, especialmente com base nas reflexões empreendidas por Desroche sobre os públicos presentes nas organizações cooperativas e suas inter-relações, visualizam-se os múltiplos desafios para concretizar a devida participação e democracia nas cooperativas e os problemas que daí se apresentam.

Por isso a preocupação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) acerca das dificuldades que as organizações cooperativas têm encontrado para conservar o pleno vigor de sua base democrática, especialmente porque tem se verificado que com a ocorrência do crescimento do cooperativismo apoiado na centralização, cada vez mais as decisões estão sendo tomadas por uma elite de diretores, profissionais e por pessoas de renomada experiência, que se encontram no centro do movimento. Assim, para a ACI, ao se pensar no contexto da democracia, verifica-se que o efeito dominante dessa reforma pode vir a ampliar a distância entre associados e diretoria e retirar a responsabilidade das decisões da base, que desde há muito tempo têm sido estimadas como um importante fundamento do controle democrático.

Tal mutilação da democracia pode, e é o que está acontecendo, manifestar-se de diferentes maneiras: apatia de seus membros, fraca assiduidade às reuniões, desinteresse para com a tradicional lealdade à cooperativa, incapacidade de atrair os jovens, dificuldade

de recrutamento de pessoal, desaparecimento do senso de pertencimento e do sentimento de exercer uma influência, exageros da burocracia e da aptidão impessoal, ou até mesmo, obscurecimento da finalidade da cooperação, a saber, servir aos interesses dos membros (ACI *apud*, DESROCHE, 2006, p.136)

Ainda dentro dessas reflexões, a ACI, no Congresso de 1969, fez uma observação relevante a respeito da participação dos associados nas cooperativas, mencionando que: “É fácil dar aos membros mecanismos de representação. É possível instruí-los, informá-los, comunicar-se com eles e distraí-los, mas nunca será possível fazê-los participar, a não ser que tenha um verdadeiro desafio na empresa” (ACI *apud* DESROCHE, 2006, p.114).

Dentro deste contexto, como bem é salientado por Valadares, “assume especial significado a discussão da participação e do controle democrático quando se analisa o poder nas organizações voluntárias, especialmente nas organizações cooperativas” (VALADARES, 2004, p. 36). Nestas organizações, a participação dos membros é necessária para que a organização permaneça viável e que se cumpra o seu pleno desenvolvimento.

A esse respeito, Hall (1984) afirma que as organizações que possuem um caráter voluntário, para manter a democracia precisam ser mais permeáveis à introdução de novas ideias. É exatamente essa permeabilidade que permite que a participação ocorra de forma contínua, possibilitando a manutenção do interesse dos membros às novas questões que constantemente se apresentam no dia-a-dia da organização e, em torno das quais, o poder pode agrupar-se, impedindo, assim, como bem enfatiza o autor, a “*tendência à oligarquia*”. Por isso, é extremamente relevante para essas organizações a manutenção do envolvimento dos membros, o que significa distribuir de alguma forma o poder entre todos os participantes.

Para entender o significado dessa participação nas cooperativas, nada melhor do que aproveitar das concepções apresentadas pelos teóricos como Stryjan e Hirschman⁷.

7 Nesse subitem, aproveitou-se das discussões empreendidas por Amodeo (1999) referentes às concepções desses dois autores (Stryjan e Hirschman).

Hirschman (1981) desenvolve três conceitos relacionados entre si - voz, saída e lealdade ('voice', 'exit' and 'loyalty') - facilmente aplicáveis na análise da realidade das organizações cooperativas. 'Voz' seria a expressão de inconformidade verbal, seja nas instâncias de participação, ou mesmo perante os encarregados da gestão. A 'saída' seria a concretização dessa inconformidade por meio do abandono das transações com as cooperativas e, ou, a não participação nos espaços democráticos da gestão. Pode-se somar a estes dois conceitos a 'lealdade', que depende da existência da confiança na cooperativa, bem como da identificação com seus valores, sendo a lealdade crucial para solidificar a relação cooperado-cooperativa. Há que se ressaltar que a saída, em geral não tem custo, somente quando a lealdade está presente.

Seguindo essa reflexão, é oportuno apresentar as concepções de Yohanan Stryjan (1994) de '*reproduction of membership*' ou reprodução da adesão, que podem ser integradas confortavelmente aos conceitos anteriormente descritos por Hirschman (1981). Stryjan acredita que a diferença que existe entre organizações autogestionárias (as cooperativas, por exemplo) e outras empresas está relacionada ao tipo de problemas que enfrentam e nas alternativas que são acionadas na tentativa de solucioná-los. Assim, na concepção de Stryjan, para analisá-las é preciso abranger temas como filiação, estabilidade e controle ou direção das organizações.

Para o autor, existe uma via de mão dupla na relação dos membros associados com as organizações cooperativas, isto porque acentua que as organizações são modeladas constantemente pela interação entre os seus membros e eles da mesma forma são moldados por elas.

Em relação à filiação, o autor a define como a forma com que os indivíduos e seus serviços, *inputs*, serão agregados na organização, de modo que diferentes formas de filiação dão origem a distintos tipos de organização. Ao se referir ao termo '*membership*' (adesão), está falando de um modo específico, que tem como características a dependência entre os membros, a aceitação condicionada da entrada pela organização e por último a posição privilegiada na tomada de decisões. Já a estabilidade será construída na base do compromisso de seus cooperados, apreendido no dia-a-dia, de acordo com as rotinas desenvolvidas pela organização no seu relacionamento com eles.

Nessa perspectiva, Amodeo (1999), comungando com Stryjan, afirma que as atividades promovidas pelos sócios em suas organizações não devem estar restritas a uma participação formal no processo de

decisão relativo à gestão democrática, já que a cooperativa é moldada de acordo com o que os membros fazem no dia-a-dia da organização, e não somente pelo que falam nas assembléias. Dessa forma, a participação pode ser instrumentalizada por meio de uma assembléia ordinária, porém esta instância de participação dos membros é formal e nem sempre proporciona um ambiente de plena participação, principalmente, por ser realizada com pouca frequência. Por isso, a importância de promover o envolvimento em outras instâncias de participação, que não sejam necessariamente formais, mais que proporcionem da mesma forma oportunidades para que os membros estejam em contato direto e permanente com suas organizações, ocupando os espaços que lhe são devidos de direito.

Ainda dentro da reflexão empreendida, observa-se que, aos três mecanismos propostos por Hirschman, Stryjan adiciona um quarto elemento, denominando de envolvimento, considerando-o a participação ativa além das palavras. Por meio da adição deste último elemento, o autor aponta que é possível falar de uma verdadeira gestão democrática, de participação, e ao mesmo tempo, de valores como confiança e cooperação. A manutenção do relacionamento entre os membros de uma cooperativa tem o papel de reforçar esse mecanismo e de ser importante para a competitividade, sendo que o alcance da máxima potencialidade competitiva estaria manifestada quando as relações mantidas entre os membros e a cooperativa são de envolvimento, identificação, confiança e participação. Neste raciocínio, Amodeo (1999) ressalta que o relacionamento dos cooperados com suas cooperativa é crucial para esses empreendimentos, apontando que essa relação pode vir a ter muita influência, seja na determinação do êxito, ou de outro lado, do fracasso final da cooperativa. Segundo Amodeo (1999)

Esta abordagem [a de Stryjan] permite, adicionalmente, assegurar o desenvolvimento de rotinas que possibilitem não só a capacitação permanente dos cooperados, e em especial dos dirigentes, assim como promover um funcionamento mais democrático, onde os fluxos de informação sejam privilegiados e permitam uma flexibilidade e agilidade muito maiores que semeiem as bases da competitividade das cooperativas. (...) Isso exige, fundamentalmente, capacitação e informação, tanto para os cooperados como com os empregados (AMODEO, 1999, p. 9).

E, ainda, continua afirmando que para que as cooperativas sejam verdadeiras organizações de aprendizagem (*learning organizations*), necessitam substancialmente do envolvimento dos seus cooperados. A não recorrência dessa aprendizagem inviabiliza a instrumentalização de formas eficientes, que, por exemplo, potencializariam a atuação da “voz” como guia para correção dos problemas, sendo a “saída” então o comportamento mais certo a ser escolhido pelos membros. Assim, é de fundamental importância para a gestão social da cooperativa o modo no qual é capaz de integrar os *inputs* dos associados, por um adequado funcionamento dos mecanismos de voz, saída e lealdade, mencionados anteriormente por Stryjan, no seu funcionamento e composição de suas rotinas, é o que vai determinar suas possibilidades de êxito.

Instrumentos de Educação Cooperativista e os seus conteúdos

Nesta seção é oportuno salientar as observações feitas pela ACI, por meio de sua Comissão Especial formada em 1966, sobre determinadas considerações a respeito da educação cooperativista. Esta Comissão parte da concepção de que a verdadeira educação cooperativista deve ir além da mera educação formal, apontando a necessidade da realização de um processo permanente de aprendizagem cooperativa, que transcenda a educação institucionalizada presente nas universidades e escolas. Indo ao encontro a essa assertiva, Desroche (2006) enfatiza que

Em nível cooperativo, tal visão pedagógica se caracteriza pela dualidade da formação cooperativa, que, por um lado, apresenta centros, institutos e universidades que oferecem oportunidades de formação cooperativa, com frequência sem contatos com o movimento cooperativo e, por outro, a condição autodidata de dirigentes e executivos de cooperativas que não recebem ou recebem de forma inadequada e incompleta a formação e a capacitação necessárias para o manejo econômico e social das cooperativas (DESROCHE *apud* SCHNEIDER, 1999, p.209).

Ao escolher os públicos da educação cooperativa se enfatiza que, em primeiro lugar, devem vir os cooperados, que por meio da utilização de metodologias adequadas de educação de adultos devem ser participativos nas discussões, núcleos regionais, trabalhos de grupos, cursos, seminários, congressos, palestras, reuniões, pré-asmbléias e asmbléias, entre outros meios de participação dos membros, que lhes permitam atuar de maneira mais incisiva na vida de suas cooperativas.

Os dirigentes, executivos e funcionários são posicionados em segundo lugar. E deles têm se exigido cada vez mais uma adequada formação técnica, complementada com a formação específica sobre as cooperativas e sua administração específica. Assim, segundo a comissão, torna-se mais desafiante gerir uma cooperativa do que uma empresa capitalista, isto porque exige determinados conhecimentos que não sempre são necessários quando se trata de um empresa de capital.

Em terceiro lugar, e não menos importante, precisa-se capacitar a própria comunidade em geral, de onde advém o candidato potencial a associado (a), que também deve ser alvo da educação cooperativista (SCHNEIDER, 1999).

É fácil perceber, dessa forma, que a capacitação cooperativista é específica para esse tipo de organizações socioeconômicas e deve ser adequada ao público ou à cooperativa individualizados. Uma simples capacitação em gestão empresarial não seria adequada, assim como também não o seria uma capacitação que só enfatize a discussão dos aspectos sociais da organização. Assim, as capacitações precisam ser realizadas levando em consideração as múltiplas facetas da questão cooperativa e, essencialmente, ensinar ao cidadão comum a cooperar, a administrar seu próprio empreendimento econômico para, em última instância, conseguir democratizar a economia (AMODEO, 1999).

Isto posto, surge outra pergunta, complementar à primeira, realizada pela ACI: O que se deve entender por educação cooperativista? E a própria instituição responde ao mencionar que é “toda atividade que desperta o interesse comprometido dos associados já é em si um método de educação”. E esta noção se aplica, da mesma forma, às diversas atividades de natureza econômica, social, cultural, e de modo especial, aos cursos, seminários, e trabalhos de grupo, organizados, por exemplo, pelos comitês de educação (SCHNEIDER, 1999).

Em sequência, menciona-se que estas atividades precisam, acima de tudo, ser bem planejadas e ter objetivos bem claros, para que

os conteúdos abordados possam contemplar tanto os aspectos econômico-administrativos quanto os aspectos sociais. E, neste sentido, a recomendação é para se utilizar de métodos pedagógicos que estimulem a participação constante dos associados nos processos de ensino-aprendizagem.

Assim, é fácil perceber, que a participação

é o objetivo e o meio para se constituir e manter uma cooperativa. Objetivo, porque é justamente com a finalidade de participar da riqueza e benefícios gerados pelo seu trabalho que as pessoas se unem nessa forma de sociedade. E meio, porque somente através da efetiva, consciente e responsável participação de todos os associados se obterá o sucesso das metas socioeconômicas do empreendimento cooperativo (SANTOS, s/d, p.12-13).

Observa-se, neste sentido, o incentivo-informação, que em alguns países, segundo Kérinec e Thedin, citados por Schneider (1990), tem sido realizado por meio dos círculos de estudo e discussão em pequenos grupos, em que existe o envolvimento dos dirigentes e técnicos, com vistas a comunicar conhecimentos entre os públicos da cooperativa com destaque para a base, a cúpula e o quadro de técnicos e funcional da cooperativa. Em outros países, a estratégia geralmente utilizada é a recorrência a cursos de fins de semana, cursos por correspondência, promoção de programas de rádio ou de televisão, jornais e boletins cooperativos. Deste modo, quando bem utilizados, podem, além das informações de âmbito administrativo, técnico e comercial, também possuir conteúdos de formação cooperativa, consolidando-se em uma adequada forma de diálogo entre a direção, os técnicos e o corpo de associados.

Assim, apregoam esses autores, da mesma forma que, para viabilizar o processo de educação, existe a necessidade real de dupla via de comunicação-informação, por um lado, que possibilite informar e educar os associados, e por outro lado, uma vez que estejam capacitados, possam intervir e influenciar na gestão cooperativa e alcançar aqueles níveis em que os interesses essenciais estão diretamente em jogo.

Nesta direção, Watkins enfatiza que os conteúdos da educação cooperativista devem estar direcionados a: a) uma informação que seja adequada, completa e, sobretudo, atualizada sobre o que sucede na

cooperativa; b) conhecimento técnico em atendimento às peculiaridades da dupla natureza da cooperativa, como empreendimento econômico e como sociedade de pessoas; c) a necessidade de conhecimento tanto sociológico, como econômico da cooperação, demonstrando que é um fenômeno social entre muitos outros; e d) conhecimento sobre as histórias das origens e da evolução do Movimento Cooperativo (SCHNEIDER, 1999).

Ao se pensar acerca dos conteúdos da educação cooperativista, Schneider (2003, p.14) acrescenta que

devem levar em conta tanto a formação cooperativista quanto a prática da cooperação, com suas metodologias e estilos adequados de condução do processo cooperativo. A educação doutrinária é fundamental, pois é ela que, por meio dos seus valores e princípios, dá sentido a todo o processo, que incentiva e direciona todas as atividades e práticas cooperativistas em prol de maior bem-estar e dignidade das pessoas que compõem a cooperativa. É o trabalho sobre os valores e os princípios do cooperativismo que cria entre os agentes da cooperação a afinidade mental e afetiva que os motiva a cooperar e a continuar cooperando. Porém, a dimensão doutrinária, para atingir 'com eficiência seus objetivos, requer o uso de práticas, de metodologias e de tecnologias adequadas (SCHNEIDER, 2003, p14).

Portanto, e como apresentado até aqui, a educação cooperativa é um processo contínuo de aprendizagem, que deve abranger públicos distintos (funcionários, dirigentes, associados, comunidade) e com diferente nível educativo, haja vista que existem determinadas demandas que são específicas para cada um desses públicos e que por isso exigem conteúdos variados - de gestão empresarial, de gestão social, participação, cooperação - nas propostas de capacitação/formação apresentadas, que a faz muito complexa e especializada.

A situação das cooperativas agrárias mineiras

Como trabalho metodológico para esse estudo, realizou-se primeiro uma pesquisa exploratória sobre o problema em questão. Em um segundo momento, foram encaminhados questionários, contendo questões fechadas e abertas, para todas as cooperativas agrárias às quais se teve acesso no Estado, sejam filiadas a OCEMG ou a outros sistemas.

O questionário foi o instrumento de coleta de dados, endereçados para todas as cooperativas agrárias às quais se teve acesso no Estado de Minas Gerais, seja pela consulta a Telelista.net ou pelo Catálogo da OCEMG. Esse levantamento permitiu esclarecer pontos importantes, relacionados com a identificação das organizações que desenvolvem atividades de educação cooperativista no estado de Minas Gerais e, também, no intuito de realizar o mapeamento das mesmas.

A divisão do questionário foi estruturada em duas partes. Na primeira parte estavam as perguntas direcionadas a identificar a situação das cooperativas relacionada à realização ou não da educação cooperativista. Na segunda parte, as perguntas estavam focadas em quais eram as organizações que realizam educação cooperativista. Também, buscou-se identificar os tipos de atividades que essas organizações realizam e desenvolvem com as cooperativas. E, por fim, verificou em que âmbitos os efeitos da educação cooperativista são percebidos e quais os desdobramentos dessa educação para os empreendimentos cooperativos.

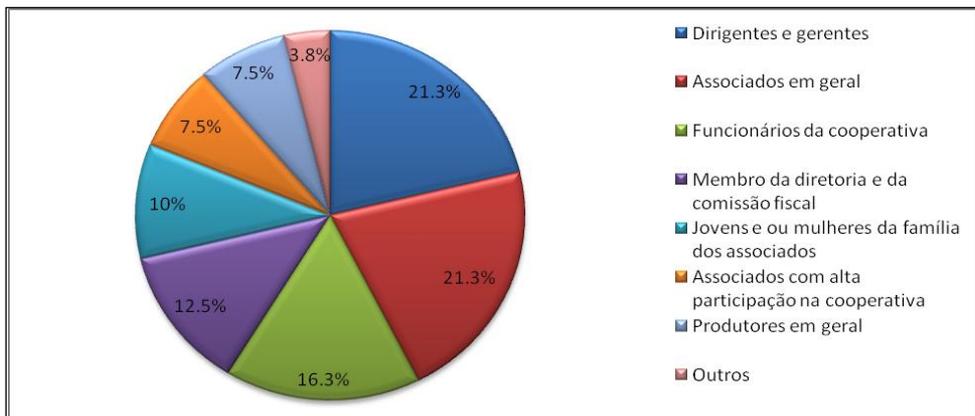
Assim, dos 452 questionários enviados, houve o recebimento de apenas 51 respostas das cooperativas. Apesar do baixo retorno, esta amostra está regionalmente bem distribuída, pois as cooperativas respondentes estão dispostas em onze das doze mesorregiões do Estado de Minas Gerais. Essa baixa resposta em si mesma já pode ser um indicativo da pouca importância que as cooperativas agropecuárias do Estado (ou, melhor, aquelas a cujos endereços se teve acesso) dão à educação cooperativista.

A metade (51%) dos respondentes declarou que a cooperativa não realiza atividade de educação cooperativista, embora 85% deles manifestem o seu interesse, por reconhecer sua importância, e enumeram os empecilhos que gostariam de superar para implementar atividades nesse sentido: desinteresse dos cooperados, limitações de infra-estrutura ou de oportunidades de parcerias, priorização das questões econômicas, falta de oportunidades ou de conhecimentos.

Continuando com a caracterização das cooperativas respondentes, de acordo com o número de associados, houve maior resposta nas cooperativas maiores, 58% delas têm acima de 400 cooperados e 40% têm mais de 800 sócios, em segundo lugar em número de respostas, e 14% correspondem às cooperativas formadas por até 50 cooperados. As cooperativas que possuem quadro social na faixa entre 50 e 400 associados tiveram uma participação menor nas respostas (12% tinham entre 50 e 200 sócios e 16% tinham entre 200 e 400). No grupo de cooperativas com menor número de associados (<100) encontra-se a maioria das que responderam negativamente à pergunta sobre a realização de atividades de educação cooperativa. As que possuem um maior quadro social (>400), por sua parte, são as que mais responderam afirmativamente.

Os dados da pesquisa, segundo o gráfico 1, apontam que os públicos prioritariamente privilegiados da educação cooperativista são os associados (21%) e os dirigentes e gerentes das cooperativas (21%), o que representa 42% do total, e em menor medida são os funcionários (16%). As ações de educação cooperativista que têm como públicos os membros da diretoria e a comissão fiscal representam, apenas, 12% do total. De todos os informantes, somente 10% mencionaram os jovens e mulheres pertencentes às famílias dos associados como público atendido, seguido de 8% dos produtores em geral e os associados com alta participação (os que se envolvem de modo mais intenso com a cooperativa).

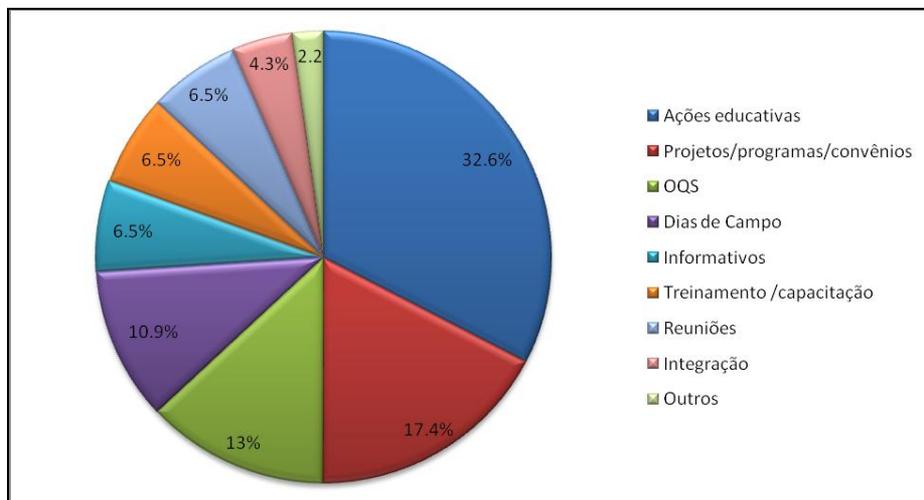
Gráfico 1: Públicos das atividades de educação cooperativista empreendidas nas cooperativas



Fonte: Dados da Pesquisa.

Dentre os interlocutores das cooperativas que responderam positivamente quando perguntados se realizam educação cooperativista, 49% do total dos pesquisados, 33% assinalam que a forma mais utilizada para sua concretização é o desenvolvimento de ações educativas, em atendimento às diversas demandas e aos campos de atuação da cooperativa. Essas ações agrupam palestras, cursos, encontros e eventos (Gráfico 2).

Gráfico 2: Forma em que as atividades de educação cooperativista são realizadas



Fonte: Dados da Pesquisa.

Um número expressivo (17,4%) dos respondentes afirmam desenvolver a prática de educação cooperativista por meio da realização de projetos/programas/convênios, como o Projeto Cultura da Cooperação do Sebrae, do Educampo, de assistência técnica; programas de integração comunidade-cooperativa, de inclusão digital e educação cooperativista nas escolas e convênios mantidos com instituições como o Sescoop, Sebrae, Emater e Senar. É apontada ainda de modo significativo pelos respondentes a prática de Organização do Quadro Social (OQS) com uma porcentagem de 13% e também a realização de dias de campo apresentando um percentual de 10,9%. Por meio também de Informativos (6,5%), como encartes e jornais da

localidade; treinamento/capacitação (6,5%); através da realização de reuniões periódicas promovidas pela diretoria e técnicos com grupos de associados (6,5%), sendo outro meio utilizado a integração entre os funcionários, cooperados e órgãos sociais como as comissões de produtos.

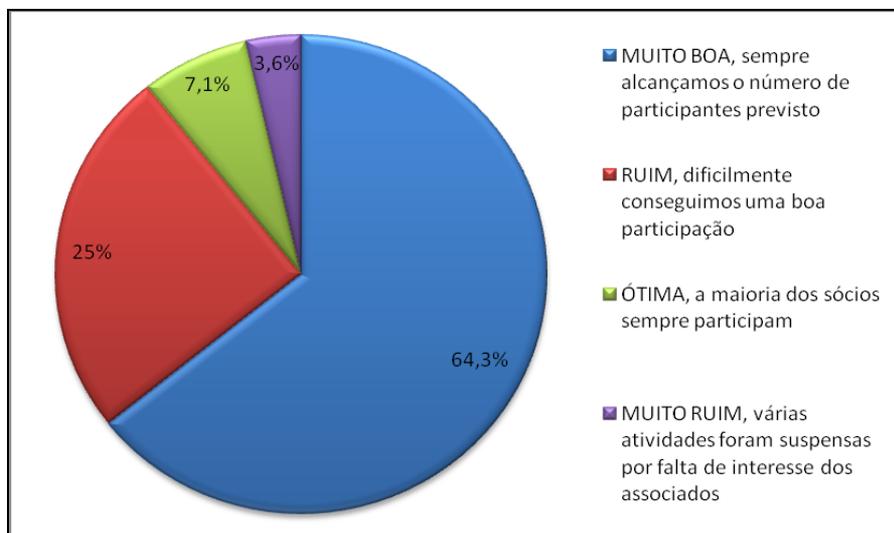
A pesquisa permitiu identificar também outras organizações entre as citadas, pelas cooperativas agrárias respondentes, como promotoras da educação cooperativista: Universidades ONGs, entidades locais, como os Conselhos Municipais, a Eпамig e os Sindicatos Rurais, que realizaram educação cooperativista nas cooperativas pesquisadas.

As atividades são organizadas localmente pela cooperativa, sozinha ou em parcerias com alguma das organizações mencionadas ou, ainda, existe participação de representantes das cooperativas em atividades organizadas por essas entidades em outras localidades.

Das atividades supracitadas de educação cooperativista, a maioria dos respondentes (71%) aponta que se obtém uma expressiva participação dos cooperados que, simultaneamente, indica que existe interesse dos associados em participar das atividades de educação cooperativista que são promovidas pelas cooperativas e por outras organizações.

Mas os dados também revelam que das respostas obtidas, 29% dos entrevistados afirmam que o nível da participação é considerado ruim, ou seja, observa-se o desinteresse dos associados em participar das atividades promovidas de educação cooperativista. E neste grupo também se encontram as cooperativas pequenas, médias e grandes. Isso pode ser mais bem observado no Gráfico 3.

Gráfico 3: Avaliação da participação dos associados nas ações de educação cooperativista



Fonte: Dados da Pesquisa.

A Lei 5.764/71 que regula as cooperativas instituiu o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento) pelo menos das sobras líquidas apuradas no exercício. Quando indagadas sobre qual é o destino principal dos recursos do Fates, as cooperativas responderam que era investido em: assistência técnica agrônômica e/ou veterinária aos associados (58%), capacitação de funcionários (28,4%), capacitação dos associados (17,8%), capacitação dos dirigentes (16,4%) e atividades de responsabilidade social (6%). Houve uma pequena porcentagem de cooperativas que manifestaram não possuir ou não utilizar o Fates, ou que era utilizado em doações a organizações da região.

Em relação aos impactos positivos gerados pela prática da educação cooperativista, os respondentes, 46% do total, assinalam os maiores resultados na gestão social da cooperativa. Em contrapartida, outros 17%, acreditam que os impactos positivos se dão na gestão econômica.

Ainda que a ênfase dos impactos da educação cooperativista seja sentida de maneira mais intensa sobre a gestão social nas

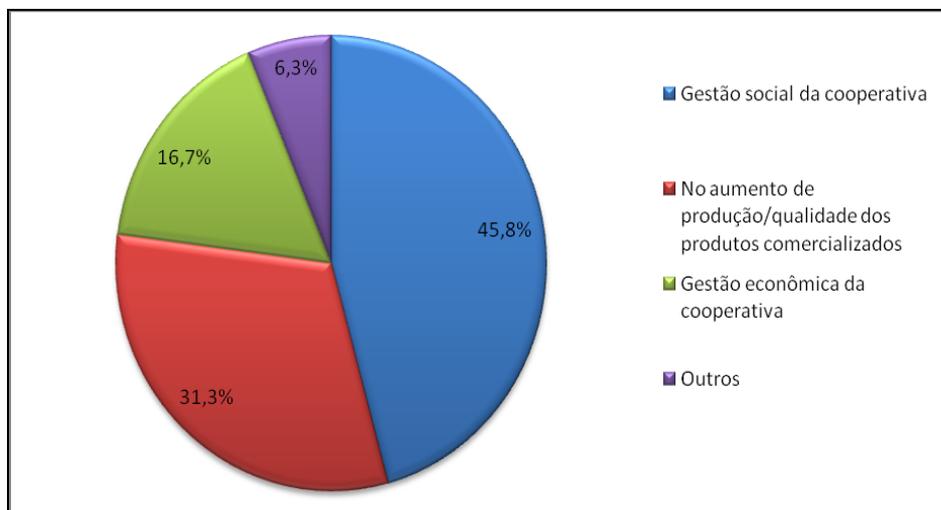
cooperativas agrárias, em conformidade com as respostas dos participantes desta pesquisa, é preciso mencionar que a gestão social e a empresarial, como bem salienta Amodeo (1999, p.1), são “as duas faces da mesma moeda” e por isso devem ser igualmente promovidas no ambiente das cooperativas. Por conseguinte é imperativo a necessidade de tentar unificar essas duas dimensões, que são vistas por muitos como aparentemente contrárias, sendo que a cooperativa pode ser concebida como um *instrumento econômico com consequências sociais e também como um instrumento social, com consequências econômicas* (OCB, 1989, p.17). Portanto, constitui um desafio para a educação cooperativista a articulação desses dois mundos.

Nesta direção, Zylberstajn (1994, p. 1) enfatiza que “o desafio das estruturas cooperativas modernas é manter seu papel de sistema produtivo centrado no homem e, ao mesmo tempo, desenvolver uma organização capaz de competir com empresas de outras naturezas com orientação para o mercado”.

Para 31% dos respondentes, os impactos da educação cooperativista são sentidos no aumento da produção e qualidade dos produtos comercializados. De forma direta ou indireta, isto está relacionado aos constantes apelos por melhorias dos processos produtivos dos associados, para sobreviverem nos mercados locais e globais onde estão diretamente inseridos. Para Amodeo (2006, p. 160), a “comunicação e o fluxo interno de informação, junto a uma adequada capacitação permanente passam a ser ferramentas de valor competitivo” para essas organizações.

Ainda com 6%, os participantes da pesquisa apontam que o impacto da educação cooperativista é sentido, de modo especial, na participação dos cooperados nos cargos de conselhos, no aumento do quadro associativo e na capacitação dos associados, conforme se verifica no gráfico 4, sob a análise dos impactos da educação cooperativista no desenvolvimento das cooperativas agrárias.

Gráfico 4: Modo como os impactos da educação cooperativista são sentidos nas Cooperativas



Fonte: Dados da Pesquisa.

Considerações Finais

A educação cooperativista é um dos pilares em que se assenta o desenvolvimento das cooperativas. Isso é reconhecido desde as origens do movimento cooperativo e continua sendo reiteradamente afirmado por integrantes das cooperativas contemporâneas, não só quando perguntados especificamente sobre isso, mas também quando chamados a elencar os pontos críticos que asseguram o êxito destas organizações - ou, pela negativa, quando enumeram os principais problemas, as questões vinculadas à deficiente educação cooperativista aparecem entre os 'vilões' mencionados em primeiro lugar.

Verifica-se, até mesmo, a presença de três áreas privilegiadas nos conteúdos que as cooperativas agrárias identificam como fazendo parte da educação cooperativista, são elas: gestão empresarial propriamente dita, gestão social (participação na gestão dos associados, relacionamento com eles e promoção dos valores, princípios e cultura cooperativa) e assistência técnica aos cooperados. As atividades de educação cooperativista podem ser organizadas pelas próprias cooperativas, realizadas localmente em parceria com organizações de alcance regional, estadual ou nacional ou, também, enviando representantes a participar de atividades de capacitação organizadas por instituições especializadas. Merece destaque o fato de

várias das organizações identificadas pelas cooperativas como de educação cooperativista podem não se reconhecer a si mesma como tais, por exemplo, no caso das organizações do Sistema S (excluído o Sescoop) ou da Emater.

Entre os resultados, percebe-se que a educação cooperativista é escassamente desenvolvida nas cooperativas agrárias mineiras, embora não exista uma única definição conceitual do que seja ou das temáticas que ela deva englobar. Isto é apontado pelos próprios interlocutores das cooperativas, que, por meio de constantes reivindicações, pedem que seja dispensada maior atenção às necessidades explicitadas nos processos amplos e diversificados de educação cooperativista. Diversificados porque está se falando de uma educação complexa e multifacetada, que compreende em seu espectro uma gama diferenciada de conteúdos e temáticas a serem trabalhados – que podem se agrupar em conteúdos vinculados à gestão empresarial, ou à gestão social ou assistência técnica produtiva aos associados na condição de produtores – junto a distintos públicos, como os cooperados, dirigentes, funcionários, as famílias dos associados e comunidade em geral, assim como deve atender às especificidades de organizações e de associados de cada ramo de cooperativas.

Foi possível perceber, portanto, a polissemia do conceito de educação cooperativista e a diferença também na sua função para as cooperativas, podendo ser constatada ainda uma grande variedade de públicos e de temáticas promovidas, bem como de metodologias e do tipo de atividades incluídas nos processos de educação destinados às cooperativas agrárias mineiras.

Referências

ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO MINEIRO. **Maiores Cooperativas de Minas Gerais - Ano 2010**. Belo Horizonte: OCEMG, 2010.

AMODEO, N. B. P. **As cooperativas agroindustriais e os desafios da competitividade**. 1999. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. In: AMODEO, N. B. P. e ALIMONDA, H. (orgs.) **Ruralidades, capacitação e desenvolvimento**. Viçosa: UFV, 2006, p.151-176.

DESROCHE, H. Sobre o projeto cooperativo: democracia, animação e ética. In: THIOLLENT, M. (Org.). **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EdUFSCAR, 2006, p.131-154.

HALL, R.H. **Organizações: estruturas e processos**. Rio de Janeiro, Prentice-Hall do Brasil, 1984. 260 p.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Organização do Quadro Social em Cooperativas**. Brasília: Educação e Capacitação Cooperativista do Sistema OCB, 1989. p.5-45.

SANTOS, F. E. G. **Educação cooperativista e organização do quadro social de cooperativas**. SESCOOP-MG, Belo Horizonte, s/d, p.1-34.

SCHIMITZ, V. R. Comunicação nas cooperativas: seus diferentes públicos e instrumentos. In: SCHNEIDER, J. O. **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: UNISINOS, 2003.p.195-206.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo, UNISINOS, 1999. 417 p.

_____. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: SCHNEIDER, José Odelso. **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: UNISINOS, 2003.p.13-58.

SOUSA, D. N. **A comunicação na articulação agroindustrial no modelo federado de cooperativas**. 2011. 89f. Dissertação (Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG, 2011.

VALADARES, J. H. **Educação e comunicação cooperativista na cooperativa agrícola**. Dourados: IDECOOP, 2004. 14p.

ZYLBERSTAJN, D. **Organização de cooperativas: desafios e tendências**. Revista de Administração, v.29, n.2, p. 23-32. Jul/Set 1994.